



PROCESSO DE PROMOÇÃO | QUADRO DO MAGISTÉRIO – 2022

025. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – SOCIOLOGIA

(OPÇÃO: 025)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

01. O artigo 211 da *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 1988, menciona a responsabilidade da União em garantir um padrão mínimo de qualidade na educação. Em seu parágrafo 7º, esse mesmo artigo estabelece que tal padrão mínimo de qualidade considerará

- (A) os resultados apresentados em *rankings* e avaliações educacionais, em âmbito nacional e internacional.
- (B) as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ).
- (C) os indicadores de absorção de egressos da educação básica pelo ensino superior ou pelo mercado de trabalho qualificado.
- (D) a Relação Aluno-Professor (RAP), fixada constitucionalmente em, no máximo, 35 alunos por professor na educação básica.
- (E) a economia progressiva na relação custo-benefício referente ao valor anual total por aluno (VAAT).

02. Considerando o parágrafo 9º-A do artigo 26 da Lei nº 9.394/1996 (*Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*), é correto afirmar que a educação alimentar e nutricional

- (A) compõe o currículo das escolas de jornada integral, devendo ser ofertada prioritariamente em contraturno.
- (B) está incluída entre os temas transversais do currículo de todas as etapas da educação básica.
- (C) é prevista como componente curricular obrigatório apenas na educação infantil.
- (D) deve se submeter aos hábitos da comunidade local em que a escola está inserida.
- (E) é de matrícula facultativa nas instituições públicas e privadas, assim como o ensino religioso.

03. Leia o excerto a seguir, extraído da Lei nº 8.069/1990 (*Estatuto da Criança e do Adolescente*).

“Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar _____.”

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna, conforme os termos específicos utilizados no documento.

- (A) das atividades didáticas previstas para aplicação em sala de aula
- (B) da definição das propostas educacionais
- (C) das reuniões pedagógicas da unidade escolar
- (D) dos processos de seleção e avaliação dos profissionais de educação
- (E) da atribuição de notas e conceitos

04. Conforme o artigo 23 da *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009), os Estados Partes do documento assegurarão que uma criança não será separada de seus pais contra a vontade destes, **exceto** quando

- (A) houver alegação procedente de deficiência incapacitante de um ou de ambos os pais.
- (B) a família imediata de uma criança com deficiência não tiver condições financeiras de cuidar da criança.
- (C) houver alegação de deficiência grave e irreversível da criança.
- (D) a localidade em que a família reside não oferecer os serviços de acessibilidade e tratamento necessários ao bem-estar da criança.
- (E) autoridades competentes determinarem, em conformidade com as leis e procedimentos aplicáveis.

05. Maria José é pedagoga, formada no final da década de 1990, mas apenas recentemente passou a exercer a profissão, como professora dos anos iniciais do ensino fundamental na rede estadual de São Paulo. Seguindo as definições do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de sua escola, está tendo dificuldades para formular um projeto que envolva Educação em Direitos Humanos, pois não se recorda de ter aprendido esse conteúdo durante a graduação.

Tendo em vista a Resolução CNE/CP nº 1/2012, que estabelece *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*, é correto afirmar que, atualmente, a Educação em Direitos Humanos é componente curricular

- (A) previsto formalmente apenas a partir dos anos finais do ensino fundamental, de modo que Maria José pode adiar o seu projeto para quando estiver mais segura e capacitada.
- (B) obrigatório na formação inicial de todos os profissionais da educação, mas também deve orientar a formação continuada, contexto em que Maria José pode capacitar-se.
- (C) optativo na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sendo que o caso de Maria José demonstra o prejuízo causado pela falta de obrigatoriedade.
- (D) eletivo da base diversificada do currículo da educação básica, de modo que Maria José pode questionar a definição do PPP quanto à obrigatoriedade do conteúdo na unidade em que atua.
- (E) atribuído oficialmente a professor especialista, dada sua complexidade ética, sendo que Maria José pode se capacitar em nível de pós-graduação, caso seja de seu interesse.

06. A Lei nº 13.445/2017 (*Lei de Migração*) dispõe, em seu artigo 3º, sobre princípios e diretrizes que devem reger a política migratória brasileira. No que concerne à criança e ao adolescente migrantes, o inciso XVII do referido artigo pressupõe

- (A) acesso condicional da criança e do adolescente migrantes a serviços de educação, alimentação e moradia.
- (B) impossibilidade de admissão no País de crianças e adolescentes migrantes desacompanhados de responsável legal.
- (C) proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrantes.
- (D) naturalização definitiva como direito de crianças e adolescentes migrantes em seu ingresso no território nacional.
- (E) garantia de educação gratuita à criança e ao adolescente migrantes, em instituições privadas ou públicas.

07. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do excerto a seguir, extraído da Resolução CNE/CP nº 01/2004 (que institui *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*).

“Art. 5º. Os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de alunos afrodescendentes de frequentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de _____ posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação.”

- (A) penalizar
- (B) publicizar
- (C) acolher
- (D) corrigir
- (E) criminalizar

08. O documento intitulado *Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania* (2004) aponta uma relação de vantagens decorrentes da implantação do Conselho Escolar.

Assinale a alternativa que apresenta uma consequência dessa implantação, em conformidade com os argumentos do texto.

- (A) A elaboração qualificada do projeto político-pedagógico apenas por especialistas, a fim de assegurar a inserção das melhores práticas pedagógicas.
- (B) A prevenção de que haja alterações curriculares ou flexibilização do calendário escolar, efetivando o cumprimento das regulamentações vigentes.
- (C) A redução significativa da necessidade de fiscalização e de controle da sociedade civil sobre a execução da política educacional.
- (D) A garantia de decisões efetivamente coletivas, de modo que as ações têm um patamar de legitimidade mais elevado.
- (E) O reconhecimento da improvisação como conduta pedagógica legítima e alinhada à premissa de autonomia docente.

09. Hugo é secretário de uma escola da rede estadual de São Paulo. Recentemente, atendeu um estudante transexual que solicitou uma alteração em seu cadastro, a fim de registrar seu novo prenome. Em dúvida sobre quais procedimentos adotar, Hugo consultou o Decreto nº 55.588/2010 (que dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas) e concluiu, acertadamente, que

- (A) o prenome escolhido deve acompanhar o prenome anotado no registro civil, na emissão de documentos oficiais.
- (B) a mudança requerida passa a ter validade após autorização expressa do responsável pela unidade escolar.
- (C) a mudança refere-se apenas aos atos escritos, sendo esta uma obrigação da escola.
- (D) a apresentação de documentos de identificação e de registro civil com o novo prenome é um requisito para a atualização do cadastro.
- (E) a referência ao prenome anterior passa a ser vetada na unidade escolar e passível de penalidade, tanto em atos formais quanto em atos informais.

10. Considerando o momento em que foi elaborada, a *Política de Educação Especial do Estado de São Paulo* (2021) apresenta a situação então vigente da educação especial no estado. Especificamente em relação aos estudantes com deficiência intelectual e Transtorno do Espectro Autista (TEA), o documento afirma que
- (A) esse público representa, entre as categorias elegíveis à educação especial, os menores percentuais de matrículas nas escolas da rede estadual.
 - (B) a extinção de parcerias junto a organizações especializadas da sociedade civil tem contribuído para o aumento da qualidade no atendimento educacional regular a esse público.
 - (C) a redução gradual de matrículas desse público nas escolas especiais é um dado preocupante, por demonstrar falhas nas políticas inclusivas efetivadas no estado.
 - (D) a previsão de ampliação das Classes Regidas por Professor Especializado (CRPEs) é uma das principais medidas estaduais voltadas a esse público a médio prazo.
 - (E) o atendimento desse público em escolas privadas não inclusivas ainda conta com custeio público, sobretudo devido a pedido das respectivas famílias.
11. Considerando as estratégias traçadas no *Plano Estadual de Educação de São Paulo* atualmente vigente (Lei nº 16.279/2016), é correto afirmar que há previsão expressa de flexibilização
- (A) das definições de analfabetismo absoluto e funcional.
 - (B) da formação específica exigida dos profissionais da educação.
 - (C) dos tempos e espaços escolares.
 - (D) da obrigatoriedade do ensino médio.
 - (E) da periodicidade do Saesp.
12. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma competência específica traçada pelo *Currículo Paulista* (2019) para a área de Linguagens, no ensino fundamental.
- (A) Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
 - (B) Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza.
 - (C) Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.
 - (D) Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.
 - (E) Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.

13. Azambuja e Silva (2024) abordam a questão do plágio acadêmico em trabalhos escritos, salientando que a inteligência artificial (IA) intensifica esse impasse. Nos termos dos autores: “Com ferramentas como o ChatGPT o problema permanece e se aprofunda, pois agora a ferramenta entrega textos que não estão prontos na Internet. A ferramenta oferece a sua própria versão sobre o assunto pesquisado com enorme poder de síntese [...]. O resultado, normalmente, são textos muito bem fundamentados e muito bem escritos que dão inveja a bons escritores e intelectuais”.

Diante desse cenário, uma medida que os autores defendem como necessária é

- (A) o desenvolvimento de *softwares* de detecção de plágio mais avançados.
- (B) a alfabetização tecnológica dos educadores como variável constante.
- (C) a imposição de sanções severas para o plágio feito a partir de *softwares* de IA.
- (D) a retomada de práticas que independem de tecnologia, como a escrita à mão.
- (E) a transposição didática das habilidades escritas para habilidades digitais.

14. Em sua discussão sobre avaliação educacional, Menezes (*In: Carvalho et al., 2007*) sustenta algumas correlações que entende serem procedentes na análise de dados sobre desempenho escolar, mas refuta outras. Uma correlação afirmada pelo autor como sendo coerente é:

- (A) a média de anos de escolaridade é a variável mais importante para o crescimento econômico de um país.
- (B) quanto mais a criança é exposta a problemas que ela não consegue resolver, mais ela se sente desafiada, o que reduz sua tendência a desistir do estudo.
- (C) há correlação entre gastos e proficiência escolar, independentemente da maneira como se aplicam os recursos.
- (D) o aluno que passa mais horas na escola aprende mais e desempenha melhor nos exames de proficiência.
- (E) o aumento das matrículas no ensino médio resulta em aumento equivalente no ensino superior.

15. A partir de uma contextualização sobre a justiça restaurativa, Ceccon *et al.* (2009) expõem uma definição de *escola restaurativa*.

Assinale a alternativa que apresenta uma característica dessa escola, conforme propõem os autores.

- (A) Entendimento da disciplina como autodisciplina e autodomínio.
- (B) Foco nos equipamentos, nos processos e nas regras.
- (C) Extinção progressiva do conflito por meio de ações sobre suas causas.
- (D) Priorização de medidas paliativas diante de episódios de violência.
- (E) Busca ativa pelos culpados pelos conflitos, personalizando as ações.

16. Em coerência com a definição de protagonismo juvenil que defendem, Costa e Vieira (2000) apresentam uma escada de participação do jovem, indicando progressivamente os diferentes níveis possíveis dessa participação.

De acordo com os autores, o último nível dessa escada, ou seja, o nível mais avançado de protagonismo juvenil, é a participação

- (A) condutora.
- (B) operacional.
- (C) simbólica.
- (D) simbiótica.
- (E) mimética.

17. A respeito da técnica denominada “*O que fazer*”, Lemov (2023) afirma que dar instruções eficazes é uma das competências centrais do ensino. Em sua concepção, para que instruções sejam de fato eficazes, elas devem ser, entre outras características,

- (A) flexíveis e intermitentes.
- (B) genéricas e extensivas.
- (C) sequenciais e observáveis.
- (D) abstratas e coletivas.
- (E) desafiadoras e austeras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

18. Leia o excerto a seguir, extraído de Lemov (2023):

“Uma discussão eficaz precisa de um propósito compartilhado – em dois níveis. Ela precisa de um tópico específico que os participantes concordem tacitamente em discutir e precisa de um modelo mental compartilhado do que significa discutir alguma coisa. [...] A discussão deve envolver alguma reflexão ao longo das linhas de: o que eu, ou nós, aprendemos aqui?”

Tendo em vista essa premissa, o autor apresenta técnicas com a intenção de promover discussões eficazes em sala de aula. Uma dessas técnicas é denominada

- (A) Debate livre.
- (B) Discussão disciplinada.
- (C) Discutir para vencer.
- (D) Argumentação fora da caixa.
- (E) Debater para responder.

19. Mantoan (2015) especifica algumas tarefas que considera necessárias para concretizar a perspectiva de inclusão escolar que ela defende.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das tarefas propostas pela autora.

- (A) Priorizar expedientes como a adaptação do currículo e a terminalidade específica.
- (B) Substituir a premissa de uma pedagogia da diferença por uma pedagogia da igualdade.
- (C) Suprimir o caráter investigativo e diagnóstico da avaliação escolar.
- (D) Customizar o ensino, ajustando-o às limitações dos estudantes a serem incluídos.
- (E) Recrear o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos.

20. Williams (2005) apresenta em sua narrativa a metáfora do *balde de feedback*. Esse balde contém furos originados de fontes internas ou externas, por onde o *feedback* se esvai, gerando comportamentos de baixo desempenho, dificuldades de relacionamento, pouca iniciativa etc. Na narrativa, o autor indica algumas formas de tapar esses furos, ainda que de forma transitória. Uma dessas formas é

- (A) enfatizar os sucessos coletivos em detrimento dos individuais.
- (B) concentrar-se em aspectos da personalidade da pessoa.
- (C) oferecer *feedbacks* mais amplos, evitando exemplos objetivos.
- (D) suprimir *feedbacks* corretivos.
- (E) delegar o poder de tomar decisões.

21. A pergunta “Para que serve a sociologia?” é válida sobretudo pelo fato de a disciplina ser diferente de quase todas as outras áreas de trabalho intelectual. Enquanto a maioria pode identificar um objeto “lá fora” cuja investigação é de seu interesse, a sociologia não consegue fazer isso (Bauman, 2015. Adaptado).

Segundo Zygmunt Bauman, ao contrário de outras disciplinas, a Sociologia não consegue identificar um objeto externo porque

- (A) requer análises estatísticas rigorosas e precisas.
- (B) adota perspectivas teóricas mutuamente excludentes.
- (C) determina arbitrariamente seus objetos de estudo.
- (D) faz parte do mundo social que busca conhecer.
- (E) carece de metodologias de pesquisa eficazes.

22. A sociologia se envolve em diálogos com a *doxa* laica. A meu ver, o objetivo crucial desses diálogos permanentes é, a longo prazo, a ruptura de um hábito generalizado, talvez mesmo quase universal, dos “não sociólogos” de que “as coisas são como são” e “natureza é natureza – ponto final”, assim como a convicção de que há pouco ou nada que os agentes – sozinhos, em grupo ou coletivamente – possam mudar no que se refere aos veredictos da natureza. (Bauman, 2015. Adaptado)

Segundo Zygmunt Bauman, o resultado desse hábito dos “não sociólogos” seria uma

- (A) visão de mundo resistente à argumentação.
- (B) concepção não alienada de sociedade.
- (C) perspectiva crítica dos modos de produção.
- (D) interpretação crítica dos estamentos sociais.
- (E) avaliação ampla das mazelas do capitalismo.

23. Não seria demasiadamente difícil para crianças e adolescentes se construírem no seio de culturas (nacional, regional, familiar, escolar) e se habituarem, ao mesmo tempo, a desenvolver uma certa reflexividade com relação a essas mesmas culturas? É comum conceber os instrumentos de reflexividade como ferramentas que intervêm apenas “em um segundo momento”, depois de uma fase de aprendizagem, interiorização ou de incorporação pré-reflexiva. A partir de tal concepção, seria impossível aprender a teoria do caminhar ao mesmo tempo em que se aprende a caminhar (Lahire, 2014, p. 54).

Segundo Bernard Lahire, a concepção apresentada sobre o desenvolvimento da reflexividade é inadequada porque

- (A) tem uma base etnocêntrica preconceituosa.
- (B) contradiz as teorias de aprendizagem.
- (C) estaria de acordo com princípios didáticos.
- (D) minimiza o potencial inclusivo da escola.
- (E) superestima identidades culturais plurais.

24. Considerando a prática de pesquisadores em ciências sociais, podemos perfeitamente sustentar que a entrevista do tipo sociológica se opõe a entrevistas como a burocrática, policial, de emprego, dentre outras. (Lahire, 2015. Adaptado)

Para o autor, as entrevistas sociológicas devem

- (A) coletar objetivamente os dados sobre os sujeitos.
- (B) controlar rigorosamente a dinâmica das entrevistas.
- (C) constituir um verdadeiro exercício de democracia.
- (D) evitar a formulação de interrogações ideológicas.
- (E) respeitar as metodologias de pesquisa quantitativa.

25. As Ciências Sociais são capazes de elaborar um “conhecimento mediato” da realidade; ou seja, elas podem construir objetos jamais observados, vistos ou “vividos” como tais, e sem nenhuma visibilidade de um ponto de vista comum: probabilidades de repetência escolar por origem social, taxas de inflação em um dado período, movimentos populacionais, dentre muitos outros (2014. Adaptado).

De acordo com Bernard Lahire, uma das principais contribuições das Ciências Sociais é

- (A) contornar dificuldades metodológicas das humanidades.
- (B) evidenciar realidades despercebidas à experiência imediata.
- (C) facilitar a elaboração de teorias ideais sobre a sociedade.
- (D) problematizar fenômenos sociais diretamente observáveis.
- (E) atender exigências de rigor análogas às das ciências naturais.

26. Em 2020, pessoas de cor ou raça preta eram 8,8% da população, 2,0% dos prefeitos e 6,2% dos vereadores. Também em relação a 2020, pessoas de cor ou raça parda eram 47,5% da população, mas apenas 30,0% dos prefeitos e 38,5% dos vereadores. Mulheres pretas tiveram a menor participação entre eleitos em 2020, eram apenas 10 prefeitas num total de 5.502 eleições ordinárias, sendo que, além de baixo sucesso eleitoral (0,03), houve barreiras à candidatura, pois foram apenas 132 candidatas pretas para esse cargo (Brasil, IBGE, 2022).

A partir dos dados citados no excerto do IBGE, cabe afirmar que

- (A) a paridade de gênero foi alcançada nas eleições municipais de 2020.
- (B) as políticas inclusivas melhoram a participação eleitoral de minorias.
- (C) o número de pessoas pardas eleitas é proporcional à população parda.
- (D) as desigualdades de gênero se somam às desigualdades raciais.
- (E) os resultados eleitorais revelam o sucesso do combate às desigualdades.

27. Em 2021, enquanto o rendimento médio de pessoas ocupadas brancas atingiu R\$ 19,0 por hora, os valores para pretas (R\$ 10,9) ou pardas (R\$ 11,3) foram significativamente inferiores. Observou-se que, quanto mais alto o nível de instrução, maior o rendimento, sendo significativo para quem possui o ensino superior completo (Brasil, IBGE, 2022).

Com base nos dados do IBGE (2022) sobre rendimentos por raça e escolaridade, é possível concluir que

- (A) os valores da hora trabalhada por recorte racial revelam o compromisso inclusivo dos empregadores.
- (B) a política atual de remuneração está comprometida prioritariamente com o reconhecimento do mérito.
- (C) a instrução superior não é um instrumento de ascensão social ou de remunerações mais altas.
- (D) as diferenças de remuneração se justificam em razão das diferenças entre os esforços individuais.
- (E) os dados sobre nível de instrução e hora trabalhada tornam nítida a desigualdade social.

28. O ser humano, enquanto ser físico, é, assim como os outros corpos, governado por leis invariáveis. Como ser inteligente, viola incessantemente as leis que Deus estabeleceu e transforma aquelas que ele mesmo instituiu. Deve orientar a si mesmo e, no entanto, é um ser limitado; está sujeito à ignorância e ao erro, como todas as inteligências finitas; quanto aos poucos conhecimentos que possui, ainda está sujeito a perdê-los. Como criatura sensível, torna-se sujeito a mil paixões. Feito para viver na sociedade, poderia nela esquecer-se dos outros (Montesquieu, 2000. Adaptado).

Segundo Montesquieu, a superação das limitações humanas descritas no excerto exigiu que

- (A) as ameaças de forças estrangeiras criassem um sentimento de fraternidade na sociedade civil.
- (B) as autoridades religiosas invocassem os mandamentos divinos para instaurar a paz social.
- (C) os legisladores fizessem os seres humanos voltarem a seus deveres com as leis políticas e civis.
- (D) os seres humanos fizessem exames de consciência para assumirem responsabilidades civis.
- (E) os governantes constituíssem forças coercitivas de modo a manter a ordem social pela força.

29. Em “O espírito das leis”, Montesquieu problematiza teses de Thomas Hobbes sobre o estado de natureza em que os seres humanos se encontrariam antes do contrato social. Aponta Montesquieu que: “Hobbes pergunta: ‘por que, se não se encontram naturalmente em estado de guerra, os homens andam sempre armados? E por que têm chaves para fechar suas casas?’ Mas não percebe que está atribuindo aos homens, antes do estabelecimento das sociedades, aquilo que só pode acontecer após este estabelecimento, que fará com que encontrem motivos para atacarem-se e defenderem-se” (Montesquieu, 2000).

Para Montesquieu, depois de instaurado o contrato social,

- (A) as leis religiosas predominaram.
- (B) o estado de guerra teve início.
- (C) os cidadãos foram perseguidos.
- (D) a paz social foi instaurada.
- (E) os direitos foram garantidos.

30. “Considerados como habitantes de um planeta tão grande, a ponto de ser necessária a existência de diferentes povos, existem leis na relação que estes povos possuem entre si; é o Direito das Gentes” (Montesquieu, 2000).

Segundo Montesquieu, o direito mencionado defende que

- (A) as nações promovam o bem geral na paz e o menor mal possível na guerra.
- (B) os homens armados utilizem todos os meios possíveis em defesa da nação.
- (C) os estados busquem a paz mesmo que às custas de seus interesses nacionais.
- (D) as relações comerciais sejam protegidas pelas legislações de todas as nações.
- (E) as normas internacionais acordadas pela ONU devam prevalecer em conflitos.

31. O povo que possui o poder soberano deve fazer por si mesmo tudo o que pode fazer bem; e o que não puder fazer bem, deve fazê-lo por meio de seus ministros. Seus ministros não são seus se ele não os nomeia; logo, é uma máxima fundamental dos governos republicanos que o povo nomeie seus ministros, isto é, seus magistrados. Tem necessidade de ser conduzido por um conselho ou senado. Mas, para que nele tenha confiança, deve eleger seus membros. O povo é admirável quando escolhe aqueles aos quais deve delegar uma parte de sua autoridade. Mas seria ele capaz de conduzir um negócio, conhecer os lugares, as oportunidades, os momentos, e aproveitar-se disto? (Montesquieu, 2000. Adaptado).

No excerto, Montesquieu defende que, em um governo republicano,

- (A) o povo deve gerir diretamente os negócios públicos.
- (B) o governo popular é sustentado pelo poder religioso.
- (C) a participação do povo se limita ao sufrágio universal.
- (D) o poder do povo é controlado pelo poder moderador.
- (E) a capacidade de gestão pública do povo é limitada.

32. Os poderes intermediários, subordinados e dependentes, constituem a natureza do governo monárquico, isto é, daquele em que um só governa com leis fundamentais. Eu falei dos poderes intermediários subordinados e dependentes: de fato, na monarquia, o príncipe é a fonte de todo poder político e civil. Estas leis fundamentais supõem necessariamente a existência de canais médios por onde flui o poder. O poder intermediário subordinado mais natural na monarquia é o da nobreza (Montesquieu, 2000. Adaptado).

Para Montesquieu, a nobreza é necessária para a monarquia porque

- (A) a nobreza permite o fluxo do poder monárquico sem o qual a monarquia transforma-se em despotismo.
- (B) o clero está comprometido com a manutenção dos poderes político e econômico das autoridades religiosas.
- (C) a plebe carece das virtudes imprescindíveis para o exercício do poder e a formulação das leis.
- (D) a burguesia em ascensão busca preservar os seus interesses de classe em vez dos interesses gerais.
- (E) as forças armadas tendem a impor o respeito às leis e ao bem comum pelo uso de forças coercitivas.

33. Em toda parte, o desenvolvimento do Estado moderno é iniciado através da ação do príncipe. Ele abre o caminho para a expropriação dos portadores autônomos e “privados” do poder executivo que estão ao seu lado, daqueles que possuem meios de administração próprios, meios de guerra e organização financeira, assim como os bens politicamente usáveis de todos os tipos. A totalidade do processo é um paralelo completo ao desenvolvimento da empresa capitalista através da expropriação gradativa dos produtores independentes (Weber, 1982).

Weber aponta, como uma de suas características centrais, que o Estado moderno

- (A) garante o respeito aos direitos civis da plebe.
- (B) evita a concentração do poder e da riqueza.
- (C) depende do sufrágio das classes hegemônicas.
- (D) controla os meios totais de organização política.
- (E) permite a ascensão social das classes baixas.

34. Nos Estados Unidos, a administração amadorística, através de políticos rapaces, de acordo com o resultado das eleições presidenciais, teve como consequência a substituição de centenas de milhares de funcionários, incluindo até um simples carteiro. A administração nada sabia do servidor público profissional, que a isso dedica a sua vida. Não obstante, essa administração amadorística foi limitada pela posterior aprovação do Ato da Reforma do Serviço Público em 1883 (Weber, 1982. Adaptado).

No exceto, Max Weber argumenta que a profissionalização da administração pública estadunidense resultou

- (A) da exigência de oferecer serviços públicos de qualidade.
- (B) da necessidade de respeitar acordos político-partidários.
- (C) de determinações do poder executivo em favor da equidade.
- (D) da obediência a sentenças judiciais em prol de funcionários.
- (E) do reconhecimento da eficiência estatal pela opinião pública.

35. As grandes empresas jornalísticas capitalistas, que controlam em especial a “cadeia de jornais”, com “anúncios classificados”, foram, regular e tipicamente, os fomentadores da indiferença política. A publicidade comercial também é o caminho pelo qual se procurou influir politicamente na imprensa, em grande estilo – tentativa que agora é evidentemente considerada como de continuação desejável (Weber, 1982. Adaptado).

Como indica Max Weber, a atuação das grandes empresas jornalísticas promove a indiferença política porque

- (A) buscam a neutralidade necessária para garantir a objetividade das notícias.
- (B) utilizam anúncios classificados para oferecer um serviço de utilidade pública.
- (C) auxiliam os leitores a desenvolverem uma perspectiva crítica da ordem dominante.
- (D) têm menos lucro com uma política independente dos poderes dominantes.
- (E) moldam a opinião pública para promover os efetivos interesses da nação.

36. A vaidade é uma qualidade muito generalizada e talvez ninguém esteja completamente livre dela. Nos círculos acadêmicos e eruditos, a vaidade é uma espécie de moléstia ocupacional, mas com o intelectual ela é relativamente inócua, pois, em geral, não perturba o empreendimento científico. O caso é totalmente diferente com o político. Ele trabalha com o desejo de poder como um meio inevitável. Portanto, o “instinto do poder” pertence às suas qualidades normais. O pecado contra esse espírito altaneiro de sua vocação, porém, começa quando esse desejo de poder deixar de ser objetivo para tornar-se uma auto embriaguez puramente pessoal, ao invés de colocar-se com exclusividade a serviço de uma causa. (Weber, 1982. Adaptado)

A vaidade, segundo Max Weber, favorece “pecados mortais” da política, que são

- (A) o apego ao poder político e econômico.
- (B) a irresponsabilidade e a falta de objetividade.
- (C) a promoção da desonestidade e da corrupção.
- (D) o uso abusivo de forças repressoras e de vigilância.
- (E) a deslealdade e a defesa de interesses privados.

37. Por motivos gerais da “dinâmica do poder” em si, as Grandes Potências são, com frequência, potências expansionistas; ou seja, são associações que visam a expandir os territórios de suas respectivas comunidades políticas pelo uso, ou ameaça de uso, da força, ou por ambas as coisas. As Grandes Potências, porém, não são, necessariamente, e nem sempre, orientadas para a expansão. Sua atitude, sob tal aspecto, modifica-se com frequência. (Weber, 1982)

As posições sobre expansionismo das grandes potências, segundo Max Weber, modificam-se porque

- (A) os exércitos nacionais podem perder seu poderio armamentista.
- (B) as políticas externas das nações dificilmente são alteradas.
- (C) os fatores econômicos modificam a conjuntura geopolítica.
- (D) as nações inimigas podem tornar-se aliadas e vice-versa.
- (E) as instituições religiosas podem exercer um poder pacificador.

38. Uma das frases mais distorcidas e maltratadas das *Teses sobre Feuerbach* é aquela extraída da Sexta Tese: “Em sua realidade ela [a essência humana] é o conjunto das relações sociais”. A partir desta frase muitas vezes se pretendeu ler – e isto tanto da parte de marxistas quanto de antimarxistas – que Marx teria intencionado que o indivíduo se dissolveria totalmente na sociedade e, até mesmo, que ele teria negado a existência de indivíduos subjetivamente independentes. (Schmied-Kowarzik, 2019. Adaptado)

No excerto, Schmied-Kowarzik argumenta que a frase extraída da *Sexta Tese* se refere ao ser humano enquanto

- (A) agente constitutivo da sociedade com uma trajetória pessoal individual.
- (B) elemento material de um todo socioeconômico historicamente estabelecido.
- (C) indivíduo determinado pelos fatores econômicos e sociais de seu tempo.
- (D) sujeito histórico vocacionado para a construção de uma sociedade justa.
- (E) ser que se autoproduz e se torna consciente de si mesmo na história.

39. A Guerra do Paraguai foi mais um choque de amplas proporções para o conjunto do país. Todos os principais setores da vida nacional revelaram-se inadequados para a ocasião. Os recursos econômicos, as instituições políticas, a capacidade militar, a subserviência aos interesses ingleses etc. mostraram-se de imediato problemas graves, insuportáveis. (Ianni, 1994. Adaptado)

Para Octavio Ianni, o momento histórico em que ocorreu a Guerra do Paraguai revelou

- (A) o malogro da industrialização proposta pela classe burguesa.
- (B) a tentativa de melhorar as condições de vida da população.
- (C) o fracasso dos anseios de Proclamação da República.
- (D) a inadequação dos regimes monárquico e escravagista.
- (E) a força das aspirações políticas aristocráticas e imperiais.

40. Em fins do século XIX, os desafios eram distintos. Quando o país conseguiu completar as mudanças que pareciam cabíveis em 1822, o mundo capitalista já começava a ingressar no século XX. Ficava para trás o capitalismo competitivo e começava a impor-se o monopolístico. (Ianni, 1994)

Como aponta Octavio Ianni no excerto, os principais desafios que o Brasil enfrentava no final do século XIX eram

- (A) a superação da escravidão e da influência portuguesa.
- (B) o imperialismo e a emergência do capital financeiro.
- (C) o colapso da burguesia e o início da imigração europeia.
- (D) a falta de mão de obra qualificada e os baixos salários.
- (E) o início dos sindicatos e dos movimentos sociais populares.

41. A redução da jornada diária (ou do tempo semanal) de trabalho tem sido uma das mais importantes reivindicações do mundo do trabalho. Atualmente, essa formulação ganha ainda mais concretude, pois mostra-se, contingencialmente, como um mecanismo importante para tentar minimizar o desemprego estrutural que atinge um conjunto enorme de trabalhadores e trabalhadoras. Mas essa formulação transcende, em muito, essa esfera da imediatez, uma vez que a discussão da redução da jornada de trabalho configura-se como um ponto de partida decisivo, ancorado no universo da vida cotidiana. (Antunes, 2009. Adaptado)

Ricardo Antunes defende, no excerto, que a redução da jornada de trabalho constituiria um ponto de partida decisivo para

- (A) autocoordenar o tempo de trabalho e o tempo pessoal.
- (B) melhorar as condições de saúde dos trabalhadores.
- (C) possibilitar a atualização e aperfeiçoamento profissional.
- (D) liberar tempo para o trabalhador conseguir renda extra.
- (E) aumentar o saldo do banco de horas dos trabalhadores.

42. O sistema do capital, desprovido de uma orientação humano-societal significativa, configurou-se como um “metabolismo social”, ou sistema de organização e controle, em que o valor de uso foi totalmente subordinado ao seu valor de troca, às necessidades reprodutivas do próprio capital. As funções produtivas básicas, bem como o controle do seu processo, foram radicalmente separadas entre aqueles que produzem e aqueles que controlam. Como disse Marx, o capital operou a separação entre trabalhadores e meios de produção, entre o caracol e a sua concha, aprofundando-se a separação entre a produção voltada para o atendimento das necessidades humano-sociais e as necessidades de autorreprodução do capital. (Antunes, 2009. Adaptado)

Como argumenta Ricardo Antunes, a implementação de um novo metabolismo social permitiria a

- (A) promoção das reais e efetivas necessidades humanas.
- (B) remuneração adequada de horas extras de trabalho.
- (C) atenuação de mecanismos de exploração financeira.
- (D) melhoria das condições de trabalho insalubres e de risco.
- (E) valorização das atividades de manutenção e limpeza.

43. Embora a esfera da linguagem ou da comunicação seja um elemento constitutivo central do ser social em sua gênese e em seu salto ontológico em relação às formas anteriores, como aponta Habermas, não posso concordar com ele quando confere à esfera intercomunicacional o papel de elemento fundante e estruturante do processo de socialização do ser humano. (Antunes, 2009. Adaptado)

Ricardo Antunes entende, contrariamente a teses defendidas por Habermas, que o elemento fundante e estruturante da socialização humana é

- (A) o conflito.
- (B) a fraternidade.
- (C) o trabalho.
- (D) a religião.
- (E) a contradição.

44. A redução do proletariado estável, herdeiro do taylorismo/fordismo, a ampliação do trabalho intelectual abstrato no interior das fábricas modernas e a ampliação generalizada das formas de trabalho precarizado (trabalho manual abstrato) sob a forma do trabalho terceirizado, *part time*, desenvolvidas intensamente na “era da empresa flexível” e da desverticalização produtiva, são fortes exemplos da permanência de vigência da lei do valor. (Antunes, 2009. Adaptado)

A lei do valor a que se refere Ricardo Antunes determina que

- (A) a mercadoria tenha um valor de mercado acessível aos trabalhadores que a produziram.
- (B) a alienação do sujeito seja superável pelo valor da média da remuneração dos trabalhadores.
- (C) o valor de uma mercadoria seja fixado com base no trabalho necessário para produzi-la.
- (D) o trabalho é remunerado de modo a aumentar o valor dos bens e serviços disponíveis.
- (E) o custo do trabalho seja proporcional ao dobro do lucro dos donos dos meios de produção.

45. O exercício do trabalho autônomo, eliminado o dispêndio de tempo excedente para a produção de mercadorias, eliminado também o tempo de produção destrutivo e supérfluo (esferas estas controladas pelo capital), possibilitará o resgate verdadeiro do sentido estruturante do trabalho vivo, contra o sentido (des)estruturante do trabalho abstrato para o capital. (Antunes, 2009)

Para Ricardo Antunes, o trabalho vivo consiste em

- (A) uma busca por justiça social no combate dos interesses do capital.
- (B) um esforço bem-sucedido de sobrevivência pessoal e familiar digna.
- (C) um permanente desafio de superação dos limites individuais.
- (D) uma atividade livre ou autoatividade com base no tempo disponível.
- (E) uma constante atualização profissional para melhorar o desempenho.

46. O grau de soberania em geral atribuído ao sujeito para narrar a atividade de consumo é questionado e posto em dúvida de modo incessante. Como Don Slater assinalou com precisão, o retrato dos consumidores pintado nas descrições eruditas da vida de consumo varia entre os extremos de “patetas e idiotas culturais” e “heróis da modernidade”. No primeiro polo, os consumidores são representados como o oposto de agentes soberanos: ludibriados por promessas fraudulentas, atraídos, seduzidos, impelidos e manobrados de outras maneiras por pressões flagrantes ou sub-reptícias, embora invariavelmente poderosas. No outro extremo, o suposto retrato do consumidor encapsula todas as virtudes pelas quais a modernidade deseja ser louvada – como a racionalidade, a forte autonomia, a capacidade de autodefinição e de autoafirmação violenta. (Bauman, 2022. Adaptado)

Para Zigmunt Bauman, na sociedade de consumidores, tornar-se “sujeito” exige, como condição necessária, tornar-se

- (A) autônomo.
- (B) mercadoria.
- (C) capitalista.
- (D) socialista.
- (E) especialista.

47. Entre as maneiras com as quais o consumidor enfrenta a insatisfação, a principal é descartar os objetos que a causam. A sociedade de consumidores desvaloriza a durabilidade, igualando “velho” a “defasado”, impróprio para continuar sendo utilizado e destinado ao descarte. É pela alta taxa de desperdício, e pela decrescente distância temporal entre o brotar e o murchar do desejo, que o fetichismo da subjetividade se mantém vivo e digno de crédito, apesar da interminável série de desapontamentos que ele causa. Não se espera dos consumidores que jurem lealdade aos objetos que obtêm com a intenção de consumir. (Bauman, 2022. Adaptado)

Em seu texto, Zigmunt Bauman argumenta que a dinâmica da sociedade de consumidores exige, como parte de seu funcionamento contínuo,

- (A) uma logística competente de produção e distribuição de bens.
- (B) uma rede de anunciantes exaltando as qualidades dos produtos.
- (C) um eficiente sistema de vendas de produtos pela internet.
- (D) um sistema de crédito acessível para compras parceladas.
- (E) uma florescente e vasta indústria de remoção de resíduos.

48. De maneira distinta do consumo, que é basicamente uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos, o consumismo é um atributo da sociedade. Para que uma sociedade adquira esse atributo, a capacidade profundamente individual de querer, desejar e almejar deve ser, tal como a capacidade de trabalho na sociedade de produtores, destacada (“alienada”) dos indivíduos e reciclada/reificada numa força externa que coloca a “sociedade de consumidores” em movimento e a mantém em curso como uma forma específica de convívio humano.

Com base no excerto, ao afirmar que “o consumismo é um atributo da sociedade”, Bauman ressalta que

- (A) a oferta de produtos e serviços ultrapassa as necessidades básicas de consumo da sociedade.
- (B) os salários-base são suficientes para adquirir bens e serviços de alto padrão de qualidade.
- (C) as atividades produtivas se sobrepõem às atividades de distribuição e consumo de bens.
- (D) o consumismo se instaura quando o consumo assume um papel chave na sociedade.
- (E) o consumismo emerge no sistema capitalista graças à produção de mercadorias excedentes.

49. A instabilidade dos desejos e a insaciabilidade das necessidades, assim como a resultante tendência ao consumo instantâneo e à remoção, também instantânea, de seus objetos, harmonizam-se bem com a nova liquidez do ambiente em que as atividades existenciais foram inscritas e tendem a ser conduzidas no futuro previsível (Bauman, 2022).

Desse modo, Zigmunt Bauman aponta que essa nova liquidez trará como principal consequência

- (A) a implementação de um projeto de dominação capitalista que aprofunde as desigualdades sociais.
- (B) o incentivo à exploração dos recursos naturais das nações que dependem da venda de commodities.
- (C) a promoção da rede internet como o ambiente preferencial de negócios devido a sua fluidez digital.
- (D) a criação de um ambiente social inóspito ao planejamento, investimento e armazenamento a longo prazo.
- (E) o fomento público e privado ao empreendedorismo e à inovação no âmbito do sistema produtivo.

50. Falharam os esforços das correntes republicanas que tentaram expandir a legitimidade do novo regime para além das fronteiras limitadas em que a encurralara a corrente vitoriosa. Não foram capazes de criar um imaginário simbólico popular republicano. Nos aspectos em que tiveram algum êxito, este se deveu a compromissos com a tradição imperial ou com valores religiosos. (Carvalho, 2017. Adaptado)

Como aponta José Murilo de Carvalho, a falha mencionada no excerto resultou da

- (A) rejeição católica da simbologia revolucionária francesa.
- (B) recusa dos conservadores de assumir símbolos positivistas.
- (C) rejeição de influências culturais francesas e estadunidenses.
- (D) influência do ideário imperial nos símbolos públicos existentes.
- (E) ausência de envolvimento popular na implantação da república.

51. Como observa o crítico cultural Kobena Mercer, a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza. Esses processos de mudança, tomados em conjunto, representam um processo de transformação tão fundamental e abrangente que somos compelidos a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada. (Hall, 2006. Adaptado)

Como indica Stuart Hall no que se refere às teorias da identidade, os processos contemporâneos de mudanças implicam

- (A) o abandono de concepções essencialistas.
- (B) o fortalecimento de perspectivas idealistas.
- (C) a crítica de interpretações pós-modernas.
- (D) a adoção de hipóteses pragmatistas.
- (E) o questionamento de teses marxistas.

52. A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autosuficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. (Hall, 2006. Adaptado)

Para Stuart Hall, a concepção sociológica de sujeito

- (A) defende que a identidade dos indivíduos repousa num núcleo imaterial que guarda a memória.
- (B) privilegia o estudo do papel de práticas religiosas na constituição da identidade individual.
- (C) considera que a identidade é formada e modificada num diálogo com os mundos culturais exteriores.
- (D) postula que as ideias inatas orientam a experiência do indivíduo e constituem sua identidade.
- (E) leva em conta as determinações históricas e materiais a que os indivíduos estão submetidos.

53. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. Esse processo produz o sujeito pós-moderno. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. (Hall, 2006. Adaptado)

Os estudos pós-modernos, segundo Stuart Hall, sugerem que a identidade

- (A) contraditória e problemática exprime patologias sociais de nosso tempo.
- (B) plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.
- (C) formada pelas relações de trabalho manifesta as contradições do capital.
- (D) fortalecida por relações interpessoais espelha contextos sócio-históricos.
- (E) resulta das relações sociais de trabalho e é marcada por contradições.

54. Ao lado do sistema normativo global surgem os sistemas regionais de proteção, que buscam internalizar os direitos humanos nos planos regionais. Nessa ótica, os diversos sistemas de proteção de direitos humanos interagem regionalmente em benefício dos indivíduos nos Estados nacionais. Estes são a lógica e o conjunto de princípios próprios do Direito dos Direitos Humanos. (Piovesan, 2005. Adaptado)

Para Flavia Piovesan, a relação entre tratados internacionais sobre direitos humanos e as legislações locais deve

- (A) privilegiar as normas internacionais.
- (B) priorizar a legislação local.
- (C) preservar a soberania nacional.
- (D) permitir eventuais descumprimentos.
- (E) assegurar a complementaridade.

55. O reconhecimento não pode reduzir-se à distribuição da riqueza, porque o status na sociedade não decorre simplesmente da classe social. Tomemos o exemplo de um banqueiro afro-americano de Wall Street, que não pode conseguir um táxi. Nesse caso, a injustiça da falta de reconhecimento tem pouco a ver com a má distribuição. Reciprocamente, a distribuição não pode reduzir-se ao reconhecimento, porque o acesso aos recursos não decorre simplesmente de status social. Tomemos como exemplo um trabalhador industrial especializado, que fica desempregado em virtude do fechamento da fábrica em que trabalha, em vista de uma fusão corporativa especulativa. Nesse caso, a injustiça da má distribuição tem pouco a ver com a falta de reconhecimento (Fraser, Nancy, 2001. In: Piovesan, 2005. Adaptado).

Flavia Piovesan entende que um modo de enfrentar as situações descritas por Nancy Fraser, no excerto, consiste em

- (A) adotar uma concepção bidimensional de justiça.
- (B) incentivar movimentos em defesa da inclusão.
- (C) promover ações indenizatórias de alto valor.
- (D) lutar pelo reconhecimento formal da igualdade.
- (E) combater juridicamente a discriminação racial.

56. As reparações têm uma longa história jurídica, cujo início remonta pelo menos à Segunda Guerra Mundial com o caso exemplar da exploração dos bens dos judeus pelo nazismo e os programas de restituição às vítimas e seus descendentes. Desde então, os pedidos de reparações se multiplicaram, incluíram o contexto da colonização e reivindicações dos movimentos negro e indígena, ao mesmo tempo em que se diversificaram suas significações e contextos. Como pensar em termos de reparação quando o erro se inscreve em um tempo genealógico longo e de consequências incomensuráveis e, para alguns, difusas? O que é reparar; pode haver reparação aí, e, se sim, como? (Saillant, Francine, 2009. In: Marilene de Paula e Rosana Heringer, 2009. Adaptado)

Segundo Francine Saillant, a resposta às interrogações que levanta no excerto consiste em

- (A) buscar a pacificação nacional por meio de releituras da história.
- (B) promover a devolução dos bens furtados durante a colonização.
- (C) questionar a viabilidade de reparações devido a seu alto custo.
- (D) implementar e financiar políticas públicas de ações afirmativas.
- (E) indenizar os afrodescendentes pela escravização de suas famílias.

57. Sem a pretensão de estabelecer uma definição abrangente, podemos dizer que, regra geral, um movimento social é assim descrito quando exige ao Estado ou ao poder público mudanças no ordenamento social via políticas sociais e de acordo com regras consensualmente definidas no âmbito de sociedades democráticas. Suas causas podem abarcar um ou mais eixos simultaneamente ou mesmo um tema abrangente como a busca por justiça social ou igualdade de direitos. (Marcio dos Santos, 2009. In: Marilene de Paula e Rosana Heringer, 2009. Adaptado)

Segundo Marcio dos Santos, qual é o objetivo central dos movimentos sociais?

- (A) Problematizar reivindicações pontuais de grupos sociais específicos e exigir benefícios para toda a sociedade.
- (B) Demandar ao Estado mudanças substantivas frente à situação de subalternidade de grupos sociais específicos.
- (C) Promover atos de subversão violenta de modo a preservar os direitos de propriedade e livre expressão.
- (D) Exigir compensações a entidades privadas que se beneficiam dos mecanismos de exploração capitalista.
- (E) Pleitear indenizações coletivas junto ao sistema financeiro nacional e aos detentores de grandes fortunas.

58. Estivemos, na verdade, ao longo da última década, participando de um processo fundamental de ruptura de um dos principais – talvez o mais importante – pilares de sustentação do racismo no Brasil: o silêncio. Muito da história da luta contra o racismo no Brasil, desde o início do século passado, tem a ver com esse esforço de romper o silêncio envergonhado, visto por alguns como um aspecto positivo – a vergonha de ser racista – em uma sociedade que produziu um fenômeno dos mais peculiares na história da humanidade, o do “racismo sem racistas”. (Átila Roque, 2009. In: Marilene de Paula e Rosana Heringer, 2009. Adaptado)

Para Átila Roque, o silêncio, mencionado no excerto, tem como consequência

- (A) permitir a superação de traumas históricos.
- (B) denunciar minorias beneficiadas pelo racismo.
- (C) propiciar o debate qualificado sobre o racismo.
- (D) relegar as pessoas negras a uma solidão civil.
- (E) proteger a sociedade civil da violência racial.

59. É preciso reconhecer que a matriz ideológica e teórica que informa o pensamento sociopolítico no Brasil se encontra fortemente marcada por um pensamento econômico e por um enfoque de classes que desconsidera as chamadas dimensões específicas da dominação, relegadas para um segundo momento no processo de transformação social. Este pensamento se reflete em uma preferência por estratégias de mudanças ditas estruturais (Átala Roque, 2009. In: Marilene de Paula e Rosana Heringer, 2009. Adaptado).

A matriz teórica do pensamento sociopolítico brasileiro, mencionada por Átala Roque, tem como consequência

- (A) promover o vitimismo exacerbado de grupos sociais irrelevantes.
- (B) adotar o identitarismo de modo a beneficiar grupos minorizados.
- (C) criar falsas dicotomias entre políticas universais e específicas.
- (D) problematizar as políticas internacionais de direitos humanos.
- (E) elaborar políticas públicas que combatem as ações afirmativas.

60. A luta pela igualdade racial passou a fazer parte da retórica do governo e ocorre de maneira radical a partir da implementação de diversas experiências de cotas adotadas por um número crescente de universidades públicas, ao longo dos últimos anos. A proposta de cotas encontrou em um primeiro momento uma resposta positiva da sociedade e, ainda hoje, a maioria das pessoas consultadas apoia o uso das cotas, ainda que também desconfiem de que se trata de um instrumento que estigmatiza os estudantes beneficiados. Mas a reação contrária não tardou a se manifestar e a crescer também desde os primeiros momentos, mobilizando pessoas importantes do mundo universitário brasileiro, intelectuais, alguns artistas e, principalmente, editores de grandes jornais impressos e televisivos (Átala Roque, 2009. In: Marilene de Paula e Rosana Heringer, 2009. Adaptado).

Como aponta Átala Roque, uma das principais críticas de opositores das ações afirmativas nas universidades públicas foi a de que as cotas

- (A) evidenciariam o despreparo de estudantes negros.
- (B) seriam o primeiro passo para criar o ódio racial no país.
- (C) permitiriam superar desigualdades raciais históricas.
- (D) promoveriam reparações socialmente necessárias.
- (E) aprofundariam mecanismos de promoção de desigualdades.

